

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

**Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias
3º trimestre de 2023**

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

**Aos Administradores e Conselheiros da
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM** (a “Companhia”), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das demonstrações contábeis anteriores

As Informações Trimestrais mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2022, obtidas das informações trimestrais daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais do trimestre findo em 30 de setembro de 2022 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que não emitiram relatórios de revisão específico de auditoria para 30 de setembro de 2022, e emitiram relatório de auditoria para 31 de dezembro de 2022 na data de 17 de fevereiro de 2023, sem ressalva.

São Paulo, 16 de janeiro de 2024

TBRT Auditores Independentes S/S
CRC 2SP021239/O-9
Nivaldo Saburo Yamamoto
Contador CRC 1SP195282/O-9

nivaldo.yamamoto@terra.com.br

Assinado

D4Sign

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Balanços Patrimoniais Levantados em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais

ATIVO		2023	2022	PASSIVO		2023	2022
	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>				<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	16.765	20.525	Fornecedores e Contas a Pagar	14	9.325	9.544
Créditos a Receber	5	51	3	Tributos e Encargos Sociais a Pagar	15	15.672	16.019
Tributos a Recuperar	6	5.677	1.079	Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções	16	1.709	12.975
Adiantamentos para Despesas	7	16.598	2.947	Férias e 13o.salário a Pagar	17	75.928	47.295
Convênios com Entidades Diversas	8	24.803	22.342	Provisão para Contingências	18	1.246	1.096
Convênios com Entidades Diversas - TED	9	113.234	107.553	Contas e Despesas a Pagar	19	21.086	17.726
Outros Créditos	10	64	23	Convênios com Entidades Diversas	20	1.070	3.000
Total do Ativo Circulante		177.192	154.472	Convênios com Entidades Diversas - TED	21	113.234	107.553
				Credores Diversos	22	1.533	1.532
				Total do Passivo Circulante		240.803	216.740
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	11	10.818	10.454	Tributos e Encargos Sociais a Pagar	15	10.483	11.076
Investimentos	12	5	5	Demais obrigações a longo prazo - AFAC	23	9.450	-
Imobilizado	13	115.320	112.055	Total do Passivo não Circulante		19.933	11.076
Total do Ativo não Circulante		126.143	122.514				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	24	30.148	30.148
				Reservas de Reavaliação	25	20.317	20.457
				Resultado Acumulado	26	(7.866)	(1.435)
				Total do Patrimônio Líquido		42.599	49.170
TOTAL DO ATIVO		303.335	276.986	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		303.335	276.986

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Resultados

Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2023 e 2022 e Três meses de Julho a Setembro de 2023 e 2022.

Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

		01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
	<u>Nota Explicativa</u>				
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	27	1.573	2.095	433	770
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	28	(999)	(1.291)	(274)	(496)
LUCRO BRUTO		<u>574</u>	<u>804</u>	<u>159</u>	<u>274</u>
RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS	29	428.930	397.395	153.476	156.745
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	30	(434.636)	(402.063)	(157.638)	(167.710)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(5.132)</u>	<u>(3.864)</u>	<u>(4.003)</u>	<u>(10.691)</u>
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS	31	(1.109)	(289)	(622)	(474)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>(6.241)</u>	<u>(4.153)</u>	<u>(4.625)</u>	<u>(11.165)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32	(329)	(1.445)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	33	<u>(6.570)</u>	<u>(5.598)</u>	<u>(4.625)</u>	<u>(11.165)</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO		(2,23)	(1,90)	(1,57)	(3,79)

*** As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias.**

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2023 e Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2022.
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Resultado Acumulado</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
SALDOS EM 31/12/2021	30.148	20.643	(4.859)	45.932
Resultado do Período	-	-	-5.598	-5.598
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(139)	139	-
Ajustes de Exercício Anteriores	-	-	8	8
SALDOS EM 30/09/2022	30.148	20.504	-10.310	40.342
				-
SALDOS EM 31/12/2022	30.148	20.457	-1.435	49.170
Resultado do Período	-	-	(6.570)	(6.570)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(140)	140	-
SALDOS EM 30/09/2023	30.148	20.317	-7.865	42.600

* As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2023 e Nove meses Findos em 30 de Setembro de 2022.
(Em milhares de reais - R\$)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	(6.570)	(5.598)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	2.046	7.734
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo	(477)	(705)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	8
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo - PCLD	139	120
Provisão de Contingências	149	(5.980)
Ajustes Investimentos	1	-
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC	9.450	-
	4.738	(4.421)
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Créditos a receber	(48)	(51)
Estoques	-	373
Tributos a recuperar	(4.598)	(92)
Adiantamentos para despesas	(13.650)	(9.648)
Depósitos Judiciais e para Recursos	(26)	1.755
Outros ativos	(8.184)	(4.363)
	(26.506)	(12.026)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Fornecedores	(219)	(77)
Salários e Encargos	28.633	19.585
Contas e Despesas a Pagar	3.361	4.192
Outros Passivos	(8.456)	10.439
	23.319	34.139
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.551	17.692
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição do Imobilizado	(378.083)	(15.676)
Baixa de Imobilizado	372.772	4.166
Aquisição do Investimento	0	0
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.311)	(11.510)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.760)	6.182
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	20.525	20.242
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	16.765	26.424
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.760)	6.182

*** As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.**

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Valores Adicionados

Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2023 e Nove meses Findos em 30 de Setembro de 2022.

(Em milhares de reais - R\$)

	2023	2022
RECEITAS	430.597	399.548
Recursos Financeiros da União	428.931	397.396
Outras receitas	1.666	2.152
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	112.491	78.971
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	999	1.291
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	88.742	87.117
Perda/Recuperação de valores ativos	139	120
Outras(Provisões, Reversões e Resultado com Ações Judiciais)	22.611	-9.557
VALOR ADICIONADO BRUTO	318.106	320.577
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	8.885	7.932
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	309.221	312.645
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	477	707
Receitas financeiras	477	707
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	309.698	313.352
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	309.698	313.352
Pessoal	269.703	266.660
Remuneração direta	243.061	244.116
Benefícios	9.113	8.360
FGTS	17.529	14.184
Impostos, taxas e contribuições	44.979	51.294
Federais	44.789	51.139
Estaduais	27	5
Municipais	163	150
Remuneração de capitais de terceiros	1.586	996
Juros	1.586	996
Remuneração de capitais próprios	(6.570)	(5.598)
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas Controladores	-6.373	-5.430
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas não Controladores	-197	-168

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstração do Resultado Abrangente

Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2023 e Nove meses Findos em 30 de Setembro de 2022.

Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

	2023	2022
Nota Explicativa		
Resultado Líquido do Período	(6.570)	(5.598)
Parcela dos Sócios da Controladora	(6.373)	(5.430)
Parcela dos Não Controladores	(197)	(168)
Outros Resultados Abrangentes	139	147
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	8
Variações na Reserva de reavaliação	139	139
Parcela dos Sócios da Controladora	135	143
Parcela dos Não Controladores	4	4
Resultado Abrangente Total	(6.431)	(5.451)
Parcela dos Sócios da Controladora	(6.238)	(5.287)
Parcela dos Não Controladores	(193)	(164)

*** As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.**

1. Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, doravante denominada “CPRM” ou “companhia”, é uma Sociedade por Ações, constituída na forma do Decreto-Lei no 764, de 15 de agosto de 1969, sob controle da União, regida pelas normas de direito privado e pela Lei no 8.970, de 28 de dezembro de 1994, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), pela Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Estatuto Jurídico das Estatais), e por seu Estatuto Social.

A companhia tem por objeto social as atribuições de **SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL**, em especial:

I - Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e execução dos serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;

II - Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;

III - Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

IV - Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

V - Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;

VI - Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VII - Realizar pesquisas, estudos e mapeamento relacionados com os fenômenos naturais e induzidos, ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha; e

VIII - Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

As atividades exercidas pela CPRM, constantes em seu objeto social, visam sempre o interesse público que motivou sua criação, com a geração e difusão do conhecimento das Geociências com excelência no interesse do país, incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações.

A CPRM tem sede e foro na cidade de Brasília – DF, onde está situada sua Diretoria, possui Escritório no Rio de Janeiro, onde se situam todos os departamentos de controles técnicos, administrativos e financeiros da companhia, e possui as seguintes unidades regionais, por meio das quais lhe permite atuar em todo território nacional:

SIGLA	NOME	LOCALIZAÇÃO
SUREG/BE	Superintendência de Belém	Belém – PA
SUREG/BH	Superintendência de Belo Horizonte	Belo Horizonte – MG
SUREG/GO	Superintendência de Goiânia	Goiânia – GO
SUREG/MA	Superintendência de Manaus	Manaus – Amazonas
SUREG/PA	Superintendência de Porto Alegre	Porto Alegre – RS
SUREG/SA	Superintendência de Salvador	Salvador – BA
SUREG/SP	Superintendência de São Paulo	São Paulo – SP
REFO	Residência de Fortaleza	Fortaleza – CE
REPO	Residência de Porto Velho	Porto Velho – RO
RETE	Residência de Teresina	Teresina – PI

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo feita conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.)

2.3. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas. As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico que representa a base mais usual de mensuração de ativos e passivos. O custo histórico corresponde ao registro original pelo qual o ativo ou o passivo integra o Balanço Patrimonial.

Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data de aquisição, podendo ou não ser atualizados pela variação na capacidade geral de compra da moeda.

Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

2.5. Critérios de apresentação

Para o ativo, as contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez, e, para o passivo, em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.

3. Sumário das principais diretrizes contábeis

Visando melhor compreensão das bases de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas dos elementos aos quais se relacionam.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende os recursos liberados pelo Tesouro Nacional, para atender despesas do exercício e do exercício anterior (restos a pagar), os recursos recebidos de Convênios, assim como as aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, os quais atendem à definição caixa e equivalentes de caixa preconizada na prática contábil.

	09/2023	12/2022
Limite de saque com vinculação pagamento - OFSS	5.077	2.275
Limite de saque com vinculação de pagamento – OP – OFSS	11.594	17.144
Limite de saque com vinculação de pagamento – PAGTO INST – OFSS	93	4
Limite de saque com vinculação de pagamento – PAGTO – OP/PI - OFSS	1	0
Recursos da conta única aplicados	0	1.102
Total	16.765	20.525

4.1. Limite de saque com vinculação de pagamento - OFSS

Registra o valor do limite de saque da conta única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para atender despesas com vinculação de pagamento dentro de cada fonte de recursos (origem ou procedência de financeiro que deve ser gasto com uma determinada finalidade), relativamente ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na programação da execução financeira é feita a compatibilização entre a liberação e a disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, observando a Lei Orçamentária Anual – LOA.

4.2. Limite de saque com vinculação de pagamento – OP – OFSS

Registra o valor do limite de saque da conta única, aguardando a autorização do pagamento e posterior emissão de ordem bancária para atender despesas com vinculação de pagamento relativamente ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

4.3. Limite de saque com vinculação de pagamento – PAGTO INST – OFSS

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da subconta única pagamento instantâneo para atender despesas utilizando ordens bancárias dos tipos: OB Aporte, OB Desaporte e OBPIX.

4.4. Limite de saque com vinculação de pagamento – OP/PI – OFSS

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da subconta única pagamento instantâneo, aguardando a autorização do pagamento e posterior emissão de ordens bancárias dos tipos: OB Aporte, OB Desaporte e OBPIX.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.)

4.5. Recursos da Conta Única Aplicados

Registra as aplicações financeiras feitas em conformidade com o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e a Macrofunção SIAFI nº 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, referentes aos recursos recebidos de convênios, enquanto não utilizados em seus respectivos objetos e são resgatados exclusivamente para seu atendimento.

Prática Contábil

São registrados pelo valor nominal e são movimentadas conforme normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, principalmente, a Macrofunção nº 020303 – Programação e Execução Financeira, a Macrofunção nº 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, com exceção dos saldos recebidos de convênios ainda não utilizados, que são atualizados conforme dispõe o §4º, art. 10º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

5. Créditos a receber

	09/2023	12/2022
Créditos a receber por cessão de pessoal	51	0
Remuneração de recursos aplicados na conta única a receber	0	3
Total	51	3

Prática Contábil

Os valores registrados em créditos a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregados a outros órgãos e à remuneração dos recursos de convênios não utilizados aplicados na Conta Única, que é calculada e registrada pela Secretaria do Tesouro Nacional ao final de cada decêndio, a partir do saldo diário da conta de aplicação (vide nota explicativa 4.5). A CPRM não possui contas a receber de clientes.

6. Tributos a recuperar

	09/2023	12/2022
INSS a Compensar	4.499	0
COFINS a Recuperar/Compensar	951	870
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	207	189
IRPJ/CSLL a Recuperar/Compensar	20	20
Total	5.677	1.079

Prática Contábil

A contabilização do item Tributos a recuperar refere-se aos créditos tributários referentes à COFINS e ao PIS/PASEP apurados em conformidade com a Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD – Contribuições), bem como os créditos de INSS derivados de recolhimentos a maior identificados após análise da Declaração de Débitos e Créditos

Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos – DCTFWeb. São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros, tais créditos são oriundos das retenções sofridas pela SGB/CPRM quando da prestação de serviços, sendo tais créditos passíveis de recuperação ou compensação por parte da empresa que mantém controle periódico dos valores envolvidos.

7. Adiantamentos para despesas

São registrados neste grupo os adiantamentos para o atendimento das operações da Companhia, consoante a normativos específicos, sendo os adiantamentos de viagens e serviços realizados na prestação de contas.

	09/2023	12/2022
Adiantamento de Décimo Terceiro	8.782	0
Adiantamento de Férias	835	1.578
Adiantamento de Viagens e Suprimento de Fundos	4.444	1.101
Adiantamento a Auxílio Transporte	0	0
Adiantamento a Prestadores de Serviços	2.537	268
Total	16.598	2.947

Prática Contábil

Os adiantamentos para viagens e suprimento de fundos e a prestadores de serviços são valores colocados à disposição dos empregados para realização de despesas, que não pode passar pelos ritos convencionais das despesas, em nome da companhia que estejam ligadas às atividades finalísticas e administrativas. Tais concessões são disciplinadas pelos normativos internos da companhia e passam pelo escrutínio de sua Auditoria Interna.

Tais processos possuem um número de controle gerado pelo SEI e são relacionados pelo CPF de cada beneficiário e, até o momento em que tais concessões estão pendentes de prestação de contas, ficam evidenciadas no Ativo como um direito a recebê-las. No momento em que é entregue pelo empregado, ocorre a reclassificação das despesas, baixa de responsabilidade e contabilização dos recebimentos das GRU das devoluções.

8. Convênio com Entidades Diversas

	09/2023	12/2022
Universidade Federal do Rio Grande – FURG Vigência: 12/2015 a 11/2017 – Prorrogado: 30/11/2023 Objeto: Realização de três campanhas de levantamento de dados geofísico e oceanográficos e coleta de amostras geológicas na região da Plataforma de Florianópolis e no Terraço de Rio Grande para avaliação da ocorrência de depósitos de fosforita dentro do Programa REMPLAC Obs.: Em andamento.	1.859	1.500
Centro Federal de Educação Tecnológica de MG – CEFET	1.449	1.449

Vigência: 26/12/2019 a 31/07/2022

Objeto: O presente instrumento tem por objeto o desenvolvimento de um novo desenho organizacional para a CPRM com vistas ao aprimoramento da eficiência e efetividade da organização, baseado nas modernas práticas gerenciais, em conhecimento científico de fronteira, no alinhamento à estratégia organizacional e em adaptações de aspectos complementares devidas às consequências da mudança estrutural.

TED 38/CPRM/2019 – ED 699557

Obs.: Vencido. Aguardando o Gestor emitir ateste de aprovação do objeto.

Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro

160

160

Vigência 11/2009 a 11/2013

Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 Km quadrado, da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B002DV), situada na região da baixada litorânea e parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Obs.: Vencido. Em tratativas extrajudiciais para entrega do relatório de atividades e aprovação da prestação de contas (última atualização em 04/11/2022).

Diretoria de Finanças da Marinha

2.000

2.000

Vigência: 18/12/2019 a 23/12/2022 – Prorrogado: 23/12/2023

Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REMPLAC E PROAREA.

TED 36/CPRM/2019 – ED 699113

Obs.: Em andamento.

Diretoria de Finanças da Marinha

1.689

1.689

Vigência: 11/2020 a 11/2022

Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REMPLAC E PROAREA.

TED nº016/CPRM/2020(1AADB N)

Obs.: Vencido. Aguardando o Gestor emitir ateste de aprovação do objeto.

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

153

153

Vigência: 10/11/2020 a 12/12/2022

Objeto: Análises químicas da água do mar para determinação dos principais nutrientes inorgânicos dissolvidos.

Obs.: Vencido. Aguardando o Gestor emitir ateste de aprovação do objeto.

MB - Marinha do Brasil - Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil Vigência: 26/08/2021 a 26/12/2022 Objeto: Manutenção do NPqHo “Vital de Oliveira” em especial de seus motores e demais equipamentos de operação. O repasse de créditos visa honrar com os compromissos no acordo de cooperação da governança do navio de pesquisa hidroceanográfico “NPQHO Vital de Oliveira” (Acordo/Convênio 015/CPRM/2018). Responsabilidade do SGB-CPRM nos programas Proarea e Remplac, bem como as obrigações assumidas junto à autoridade internacional dos fundos marinhos, descritas no contrato de exploração de crostas. TED 028/CPRM/2021(1AAFER) Obs.: Vencido. Aguardando o Gestor emitir ateste de aprovação do objeto.	8.059	8.060
Centro de Tecnologia Mineral – CETEM / MCTI Vigência: 22/09/2021 a 22/10/2022 Objeto: Verificação da potencialidade dos calcários provenientes do litoral dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, por meio de duas amostras de cada estado, para aplicações comerciais na agricultura, papel, polímeros, corretivos de solos, indústria cosméticas, dentre outras. TED 033/CPRM/2021 Obs.: Vencido. Aguardando o Gestor emitir ateste de aprovação do objeto.	116	116
Universidade Federal do Rio Grande do Sul Vigência: 05/11/2021 a 05/11/2024 Objeto: Elaboração de estudos técnicos para análise e avaliação da eficácia, em relação a melhoria da qualidade dos recursos hídricos, das obras de recuperação ambiental das áreas degradadas pela mineração do carvão pertencentes ao passivo ambiental da extinta carbonífera Treviso S/A, sob responsabilidade da União, nos termos da Ação Civil Pública Nº 93.8000533-4. Neste Termo de Execução Descentralizada estão incluídas as áreas de Beluno, com 42,2 hectares, Ex-Patrimônio, com 26,0 hectares, e Rio Pio, com 117,81 hectares, localizadas nos municípios de Treviso e Siderópolis, SC. Obs.: Em andamento.	1.104	1.104
Universidade Federal de Lavras Vigência: 04/10/2021 a 04/10/2024 Objeto: Implementação do projeto protocolado sob o número: PIN2020141000001 - Apoiando o Abastecimento Sustentável de Água Subterrânea no Brasil/ <i>Supporting Sustainable Groundwater Supply Management in Brazil</i> , mediante o repasse de recursos financeiros da contratante à contratada, contemplado no PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2020 (PROGRAMA “NEWTON INTERNATIONAL FELLOWSHIP SCHEME”), prevista na Ata do CCT nº 28, de 25 de março de 2020, publicada em 23 de setembro de 2020 e conforme resultado publicado em 06 de novembro de 2020. Obs.: Em andamento.	4.030	2.030

Universidade Federal de Ouro Preto Vigência: 14/09/2021 a 14/12/2022 – Prorrogado: 31/12/2023 Objeto: Execução projeto na área de geologia e recursos minerais, com geração de base de dados isotópicos robusta e de domínio público sobre a província metalogenética do quadrilátero ferrífero, promovendo o intercâmbio técnico-científico entre as duas instituições. Obs.: Em andamento.	100	100
Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Sul Vigência: 26/05/2022 a 30/11/2023 Objeto: Realização de Curso de Especialização em nível de pós-graduação lato sensu: Administração Pública no Século 21. Obs.: Em andamento.	175	84
Observatório Nacional – ON Vigência: 15/12/2022 a 15/12/2027 Objeto: Repasse de recurso financeiro para o Observatório Nacional (ON) para com o apoio de outras instituições de pesquisa do Brasil realizar a manutenção da Rede Sismográfica Brasileira (RSBR). Obs.: Em andamento.	1.300	400
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) Vigência: 12/2022 a 12/2024 Objeto: Desenvolvimento de atividades que viabilizem a implantação de serviços de comunicação e colaboração, bem como infraestrutura de redes avançadas, integradas à RNP para uso pela CPRM. Obs.: Em andamento.	2.365	0
Fundação Escola Nacional de Adm. Pública – ENAP Vigência: 05/2023 a 12/2023 Objeto: Realização de ações de desenvolvimento de curta duração na modalidade remota voltadas aos servidores públicos indicados pela CPRM, com vistas a capacitar seu corpo técnico e gerencial. Obs.: Em andamento.	45	0
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN Vigência: 01/01/2023 a 31/12/2024 Objeto: Realização de ações conjuntas com o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) visando a execução das atividades do Projeto Avaliação do Potencial de Urânio no Brasil: Província Uranífera de Lagoa Real, no estado da Bahia. Obs.: Em andamento.	75	0
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ Vigência: 09/08/2023 a 09/08/2025 Objeto: Repasse à UFRRJ para pagamento exclusivamente do valor das bolsas do quantitativo de Residentes (19) previstos no Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre a CPRM e a UFRRJ, para o desenvolvimento externo (na CPRM) do Programa de Residência de Iniciação Profissional em Ciências da Terra – RESIDÊNCIA SGB, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ. Obs.: Em andamento.	124	0
Total	24.803	22.342

Prática Contábil

Nesta conta ficam registrados os convênios e os termos de execução descentralizada, que são acordos feitos entre a CPRM e entidades governamentais da Federação para a transferência de recursos financeiros com o objetivo de realizar projetos, atividades, serviços, aquisições de bens ou eventos de interesse recíproco. Esses acordos incluem obrigações para ambas as partes, com a CPRM responsável por repassar o recurso público e a entidade governamental responsável por aplicar os recursos de acordo com o objeto do convênio/termo de execução descentralizada.

Os recursos transferidos pela CPRM às Entidades Diversas são contabilizados em conta de ativo circulante, representando um direito que será baixado após companhia aprovar a prestação de contas do conveniente. Conforme legislação vigente (Decreto nº 10.426/2020), a prestação de contas deverá ser apresentada em até 120 (cento e vinte) dias contados da data do encerramento de sua vigência ou da conclusão do objeto, o que ocorrer primeiro e a companhia tem até 180 (cento e oitenta) dias para aprovação do referido relatório após seu recebimento.

9. Convênio com entidades diversas - TED

	UG	SALDO
Escritório Central da ANP	323031	2.553
Agência Nacional de Águas	443003	58.084
Secretaria Nacional de Defesa Civil	530012	44.091
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	530013	330
Secretaria de Inovação, Desenv. Rural e IR	420013	1.120
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	440001	168
Fundação Nacional de Saúde – DF	255000	52
Projeta Meta II/Secretaria Executiva	320072	5.846
Assessoria Especial de Comunicação Social – AESCOM	320076	990
Total		113.234

Prática Contábil

No momento do repasse dos recursos financeiros, na UG descentralizadora é apropriado de forma automática, no SIAFI, o direito na conta Adiantamento – Termo Execução Descentralizada e na UG recebedora, é registrada a obrigação na conta Transferências Financeiras a Comprovar – TED.

Quando há a aprovação da prestação de contas, a obrigação é baixada também de forma automática no SIAFI, o que acarreta em registro de variação patrimonial aumentativa (receita), desta forma, buscando anular o impacto no resultado e preparar as Demonstrações Contábeis com informação útil para tomada de decisão, a Divisão de Contabilidade Geral vem

realizando lançamentos no subgrupo de Convênios com Entidades Diversas – TED e, contrapartida no resultado.

10. Outros Créditos

	09/2023	12/2022
Valores a receber por devolução por despesas estornadas	38	16
Prêmios de Seguros a apropriar	26	7
Total	64	23

Prática Contábil

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a grupos do Ativo Circulante, tais como Prêmios de Seguros a Apropriar e Assinaturas e Anuidade a Apropriar, que são pagos antecipadamente e são apropriados pela competência, e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas.

11. Realizável a Longo Prazo

	09/2023	12/2022
Financiamentos concedidos ¹	8.253	7.915
Outros créditos	2.565	2.539
Total	10.818	10.454

¹Valores totais de R\$ 12.029 em 30 de setembro de 2023 e de R\$ 11.552 em 31 de dezembro de 2022, deduzindo-se R\$ 3.776 e R\$ 3.637, respectivamente, relativos à Perdas estimadas com empréstimos/financiamentos concedidos, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11.1.

Prática Contábil

No Ativo Realizável à Longo Prazo são registrados os valores que podem ser convertidos em dinheiro, cujo período de realização é maior do que um ano, nele estão registrados os Financiamentos Concedidos, sob o título de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais, evidenciando os valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, conforme recursos dos Programas de incentivo do Governo Federal da época. Além de Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Minerais, Depósitos Judiciais e Depósitos para Recursos.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos, além dos registros ajustando as possíveis perdas.

11.1. Financiamentos concedidos à Pesquisa Mineral

Em relação aos processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), a Consultoria Jurídica da CPRM recomendou por meio do processo SEI nº 48086.004038/2022-07, Ofício nº 145/2022/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM, de 05 de julho de 2022, a seguinte classificação para os riscos contratuais que consequentemente, deu conformidade aos ajustes das perdas, no Balanço da Companhia:

Processos	Empresas	Recuperação	Custo Corrigido	Perdas Estimadas	Total por Empresa
003.499/35	Exdibra Extr. Diamantes S/A.	Remoto	3.775	(3.775)	0
805.657/76	Belo Sun Min. Ltda.	Provável	8.253	0	8.253
805.658/76					
805.659/76					
812.559/76					
Total			12.028	(3.775)	8.253

Em relação aos financiamentos, o Grupo de Trabalho criado pelo Ato nº 252/PR/2019 fez as seguintes recomendações (processo SEI nº 48090.000093/2020-99):

- Despacho ASSDGM – 0961772:

“Fica acordado que a BELO SUN deverá pagar à CPRM o valor de R\$ 8.671.711,06 (oito milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e seis centavos), da seguinte forma:

1. Quitação de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) pago em 10 de agosto de 2021, através de GRU;
2. Compromisso de pagamento no valor de R\$ 6.871.711,06 (seis milhões, oitocentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e seis centavos), no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data em que for publicada, no Diário Oficial da União, a portaria de concessão de lavra a ser outorgada no Processo ANM 805.657/1976, resultante do englobamento dos direitos minerários objeto, dos processos minerários nº ANM 805.657/76, 805.658/76, 805.659/76 e 812.559/76, responsabilizando-se a BELO SUN por notificar expressamente a CPRM acerca da referida publicação. Estabelecendo a correção contratual através do IPCA-E até a quitação total de sua dívida. “

- Nota Técnica nº 3/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA:

“A Divisão de Contencioso, em conjunto com o escritório que presta serviços à CPRM, chegou à conclusão que a estratégia recomendada para reaver os valores emprestados através do BNDES, seria o ingresso da CPRM nos autos da Ação de Execução, movida pela BNDES contra a Exdibra Extratífera de Diamantes S/A, na forma de Assistência, prevista nos artigos 119 a 123 do CPC.

Após ter acesso ao inteiro teor da ação, poderemos entender quanto já foi recuperado pelo BNDES e quando eventuais pagamentos parciais ocorreram no processo. Existindo saldo devedor, entendemos que através do ingresso formal da CPRM na lide é possível dar o devido

andamento ao feito, em nome do BNDES. Importante ainda, ter acesso ao “CONVÊNIO DE NORMAS UNIFORMES À PESQUISA MINERAL E À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE BENEFICIAMENTO MINERAL”, firmado em 21/12/1976 para entendermos se há alguma responsabilidade contratual do BNDES, em decorrência de sua eventual desídia na tentativa de recuperação de valores da EXDIBRA. Para tanto, foi requerido autorização para formalização de ingresso da CPRM como assistentes nos autos da Ação de Execução, movida pelo BNDES contra a EXDIBRA.”

Prática Contábil

Os financiamentos são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), do Governo Federal, que teve como objeto estimular os empresários brasileiros a se dedicarem ao ramo da mineração, oferecendo um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral, e assumindo, juntamente com o empresário, os riscos inerentes à mesma.

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, foram atualizados com juros contratuais que variam de 3% a 7% a.a. no que se refere Exdibra Extratífera de Diamantes S/A e corrigidos pelo IPCA-E no que se refere à Belo Sun Mineração LTDA.

Ressalte-se que o contrato (047/PR/2021) com a Belo Sun Mineração LTDA. foi repactuado em 30/07/2021, conforme processos SEI nº 48090.000152/2021-18 e nº 48086.002814/2021-45, estabelecendo a correção contratual através do IPCA-E até a quitação total de sua dívida.

11.2. Outros créditos

	09/2023	12/2022
Crédito por concessão de direito de uso/exploração de bens	2.775	2.775
Perda Estimada com crédito de liquidação duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos Judiciais	2.005	1.983
Depósitos para interposição de recursos	357	353
Créditos a Receber por cessão de pessoal	203	203
Total	2.565	2.947

Prática Contábil

O valor registrado como "Crédito por concessão de direito de uso/exploração de bens" refere-se a um crédito a ser recebido da empresa Eucatex Mineral Ltda. em decorrência da transferência de direitos minerais. A CPRM concedeu esses direitos à Companhia Energética de São Paulo - CESP de forma irrevogável e irretratável em 24 de setembro de 1986. Posteriormente, esses direitos foram transferidos da CESP para a Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM, conforme registrado em uma escritura pública lavrada em 11 de novembro de 1993.

Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje Agência Nacional de Mineração (ANM).

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL no 1.297/73 e DL no 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

Os valores registrados em “Depósitos Judiciais” são decorrentes de sentenças judiciais nas quais a companhia é obrigada a efetuar o pagamento como forma de proteção aos direitos envolvidos na ação e são liberados ao final da sentença.

Os “Depósitos para interposição de recursos” são pagamentos efetuados pela companhia de modo a garantir a apresentação de um recurso, caso haja necessidade, durante um processo judicial. Ele é usado como forma de evitar a interrupção do prazo para recorrer e de garantir a continuidade do processo.

Ambos os depósitos podem ser reavidos pela companhia em caso de decisão favorável ao final do processo judicial ou caso os valores depositados forem maiores do que o necessário na sentença final, situação na qual a diferença será devolvida à CPRM.

Os “Créditos a receber por cessão de pessoal”, são valores que a CPRM tem direito de receber em virtude da cessão de empregados a órgão de outros entes federativos, conforme o inciso I, art. 18º, Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, no caso concreto, são valores devidos pela Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, cujo processo judicial foi encerrado e até 31/03/2023, não havido sido disponibilizado o precatório à companhia.

12. Investimentos

	09/2023	12/2022
Ações de outras companhias e incentivos fiscais	5	5
Total	5	5

Prática Contábil

Os valores registrados em “Investimentos” correspondem a títulos de natureza permanente e ações avaliadas pelo método do custo. A CPRM não detém participação relevante em empresas controladas ou influência em sociedades coligadas ou participação de 20% ou mais em capital social de sociedades coligadas.

13. Imobilizado

13.1. Saldos do Imobilizado em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Custo até 31/12/2022	Movimentações no Período	Custo até 30/09/2023	Depreciação Acumulada (31/12/2022)	Depreciação do Período	Saldo Líquido (30/09/2023)
Imóveis	77.873	1.571	79.444	(18.999)	(385)	60.060
Laboratórios	3.790	0	3.790	(819)	(42)	2.929
Aparelhos de medição e orientação	53.030	768	53.798	(41.657)	1.075	13.216
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.926	(42)	1.884	(1.777)	20	127
Equipamentos de operação	12.804	535	13.339	(10.161)	205	3.383
Mobiliário em geral	11.289	1.436	12.725	(9.762)	(250)	2.713
Instalações	1	0	1	(1)	0	0
Embarcações	847	(151)	696	(783)	132	45
Veículos	31.130	(727)	30.403	(25.593)	(785)	4.025
Equipamentos de áudio, vídeo e foto	3.374	(91)	3.283	(2.350)	(567)	366
Equipamentos de processamento de dados	41.194	2.342	43.536	(32.382)	(1.053)	10.101
Documentação, museus e objetos de arte	8.942	2	8.944	(94)	0	8.850
Imobilização em curso – bens móveis	4.695	(1.150)	3.545	0	0	3.545
Imobilização em curso – bens imóveis	3.910	(1.803)	2.107	0	0	2.107
Aparelhos e equipamentos para laboratórios	16.775	2.631	19.406	(15.239)	(395)	3.772
Máquinas e ferramentas de oficina	827	(10)	817	(735)	(1)	81
Total	272.407	5.311	277.718	(160.352)	(2.046)	115.230

Prática Contábil

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil dos bens em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 – RIR/2018) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta, outros gastos em obras em andamento, assim como as importações de bens móveis em andamento e bens móveis que ainda não estão aptos para uso ou que ainda não foram registrados no controle patrimonial que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à expansão e/ou manutenção das atividades da empresa, ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado.

Os montantes pelos quais os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Depreciação Acumulada, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedem seus valores de recuperação, não sendo necessário quaisquer ajustes.

As estimativas de vida útil e valor residual, assim como as respectivas taxas de depreciação dos ativos da CPRM, estão relacionados no quadro a seguir:

Bens do ativo imobilizado	Estimativa de vida útil ¹	Taxa de depreciação	Valor residual
Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios em geral	Dez anos	10% a.a.	10%
Aparelhos de medição e orientação e equipamento utensílios médicos odonto, lab e hosp.	Quinze anos	6,67% a.a.	20%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	Dez anos	10% a.a.	20%
Máquinas de natureza industrial	Vinte anos	5% a.a.	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	Cinco anos	20% a.a.	10%
Equipamentos, peças e acessórios marítimos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos de processamento de dados	Cinco anos	20% a.a.	20%
Documentação, objetos de arte e peças para exposição	N/a	N/a	N/a
Veículos	Quinze anos	6.67% a.a.	30%
Embarcações	Vinte anos	5% a.a.	30%
Imóveis	Cinquenta anos	2% a.a.	Valor do terreno + 20% das edificações
Instalações	Dez anos	10% a.a.	N/a
Terrenos	N/a	N/a	Valor do terreno

¹ Relatório e Laudo Técnico de Avaliação Patrimonial (Processo SEI nº 48086.001612/2021-86)

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.)

14. Fornecedores e Contas a pagar

	09/2023	12/2022
Contas a pagar credores nacionais	9.146	9.234
Fornecedores nacionais	179	310
Total	9.325	9.544

Prática Contábil

São registrados nesse grupo, no momento do fato gerador, observando o Regime de Competência, as obrigações junto a fornecedores de bens ou serviços utilizados nas atividades operacionais da Companhia, em conformidade com os procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

15. Tributos e Encargos Sociais a Pagar

	09/2023	12/2022
Tributos Renegociados a Curto Prazo	3.353	3.246
Tributos Renegociados a Longo Prazo	10.483	11.076
Encargos de INSS	5.528	5.647
FGTS	1.607	2.508
TAXAS	1	0
IRPJ a Recolher	5.181	3.902
CSLL a Recolher	0	716
ISS a Recolher	2	0
Total	26.155	27.095
Circulante	15.672	16.019
Não circulante	10.483	11.076

15.1. Tributos renegociados

Conforme relatório de Situação Fiscal de Tributos Federais, segue quadro resumo dos Processos referentes aos tributos renegociados:

Órgão	Situação	Processo	Cód. Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Receita Federal do Brasil	Parcelamento com exigibilidade suspensa	10166.408.400/2019-49	0220-IRPJ	2.564	4.843	7.407
Procuradoria Geral da	Inscrição com exigibilidade suspensa	PERT – MP 783/2017 – Art. 3 Inciso I	1734-IRPJ/CSLL	726	4.927	5.653

Fazenda Nacional							
Receita Federal do Brasil	do	Parcelamento Simplificado – CSLL 4º Trimestre/2022	2110001200 5533844723 40	1124-CSLL	63	713	776
Total					3.353	10.483	13.836

Prática Contábil

A Companhia segrega em Curto Prazo e Longo Prazo os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB, de acordo com a sua exigibilidade, sendo em Curto Prazo aqueles que vencerão até o final do exercício subsequente e em Longo Prazo aqueles que vencerão após o final do exercício subsequente.

15.2. Encargos de INSS

Prática Contábil

Registra os valores relativos às contribuições à Previdência Social, incidentes sobre salários e remunerações pagos pela Companhia. Os saldos referem-se a apropriações realizadas ao fim do período de reporte que serão pagas no mês subsequente.

15.3. Encargos de FGTS

Prática Contábil

Registra os valores dos encargos sociais a recolher referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apropriados ao fim do período de reporte que serão pagas no mês subsequente.

15.4. IRPJ a recolher

Registra os valores de imposto de renda pessoa jurídica apurados em conformidade com a sistemática de apuração Trimestral do Lucro Real nos anos de 2021, 2022 e 2023 que não foram recolhidos em função da sentença datada em 09/06/2020 (fls.115 a 124) – Imunidade Recíproca, IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Suspensão da Exigibilidade, Cadastro de Inadimplentes - CADIN, nos autos do processo nº 1002685-79.2020.4.01.3400.

Esses valores são atualizados mensalmente pela Selic até o trânsito julgado da ação.

15.5. CSLL a recolher

Prática Contábil

Registra o valor da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido referente ao resultado apurado para recolhimento após o fim do período de reporte.

15.6. ISS a recolher

Registra o valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza devido sobre os serviços prestados pela CPRM, que será pago após o fim do período de reporte.

16. Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções

	09/2023	12/2022
IRRF devido ao Tesouro Nacional	7	9.878
INSS	286	1.453
Impostos e Contribuições diversos devidos a Tesouro Nacional	1.275	1.578
ISS	141	66
Total	1.709	12.975

São registradas as movimentações das contas de retenções tributárias, em que a CPRM é responsável pela retenção e pelo recolhimento.

16.1. IRRF devido ao Tesouro Nacional

Registra os valores de retenções na fonte relativas ao imposto sobre a renda efetuadas pela CPRM, referentes aos pagamentos ou valores creditados a terceiros ou empregados, que estão sujeitos à retenção desse tributo.

16.2. INSS

Registra o valor das retenções efetuadas pela companhia sobre pagamentos de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou de serviços de terceiros, a ser recolhido ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS.

16.3. Impostos e Contribuições diversos Devidos ao Tesouro Nacional

Registra os valores referentes às retenções sobre pagamentos efetuadas pela companhia, relativos a impostos e contribuições diversos (PIS/COFINS/CSLL, entre outros), principalmente em atendimento à Instrução Normativa RFB nº Lei 1.234/2012.

16.4. ISS

Registra os valores referentes às retenções sobre pagamentos de serviços efetuadas pela companhia, relativos ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN ou simplesmente ISS.

17. Férias e 13º Salário a Pagar

	09/2023	12/2022
Férias a pagar	51.040	47.295
13º Salário a pagar	24.888	-
Total	75.928	47.295

Prática Contábil

A Companhia registra as Férias e o 13º Salário pela Competência com base nos direitos adquiridos por seus empregados até a data do balanço, na proporção mensal de 1/12 (um, doze avos) sobre a folha de pagamento.

18. Provisão para Contingências

	09/2023	12/2022
Responsabilidade civil	370	270
Ações trabalhistas	876	826
Total	1.246	1.096

Prática Contábil

A Provisão para Contingências foi constituída com base em expectativas de perdas futuras, de acordo com os riscos prováveis apontados pela Consultoria Jurídica da companhia.

18.1. Ações com Perdas Possíveis

	09/2023	12/2022
Ações de responsabilidade civil	3.987	2.987
Ações trabalhistas	7.399	5.596
Total	11.386	8.583

Prática Contábil

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes levam em consideração os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis da seguinte maneira: (i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo atualizados até a data das demonstrações financeiras; (ii) os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa; e (iii) os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

19. Contas e Despesas a pagar

	09/2023	12/2022
Salários, remunerações e benefícios	16.034	14.235
Planos de previdência e assistência médica	3.531	2.099

Retenções sindicatos, associações e cooperativas	12	5
Retenções planos de seguros	154	155
Retenções – empréstimos e financiamentos	1.248	1.105
Outras contas a pagar	107	127
Total	21.086	17.726

19.1. Salários, Remunerações e Benefícios

Registra as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito.

19.2. Planos de Previdência e Assistência Médica

Registra os descontos efetuados em folhas de pagamento do pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições de Previdência e Assistência Médica.

19.3. Retenções Sindicatos e Associações

Registra os valores das consignações retidos pela entidade, ou entregues a essa, para recolhimentos aos respectivos Sindicatos.

19.4. Retenções Planos de Seguros

Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento referentes às contribuições a planos de seguro de vida em grupo.

19.5. Retenções – Empréstimos e Financiamentos

Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes a empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros (consignações), bem como retenções de parcelas de consórcios e segurados do INSS.

19.6. Outras contas a pagar

Registra os valores de Benefícios previdenciários, Benefícios assistenciais a pagar, retenções a fornecedores de vale refeição, pensões alimentícias retidas de empregados e Fatura Cartão de pagamento do Governo Federal.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco.)

20. Convênios com Entidades Diversas

	09/2023	12/2022
Secretaria Nacional de Defesa Civil/MI – SEDEC - MI TC 10/2013 Vigência: 07/06/13 a 07/06/14 Objeto: Recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água para suprir déficit de abastecimento no município de Arcoverde no estado de Pernambuco. Obs.: Finalizado – Prestação de Contas entregue, aguardando aprovação pelo Órgão.	-	2
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP Vigência: 20/02/15 a 20/02/2025 Objeto: Rateio das despesas de administração da CPRM e ANP no prédio situado na av. Pasteur, nº 404, onde está instalado o BDEP. Obs.: Em andamento.	46	26
Assessoria Especial de Comunicação Social / MME Vigência: 18/07/2023 a 10/03/2024 Objeto: Ampliação do conhecimento à sociedade brasileira, por meio do alinhamento entre as ações do SGB e do MME sobre as políticas públicas e ações do Governo Federal em relação ao setor de promoção de recursos minerais, hídricos e de energia do país. Obs.: Em andamento.	989	-
Agência Nacional de Águas – ANA TED nº 09/2021/ANA Vigência: 01/01/2022 a 30/06/2023 Objeto: Manutenção e operação de cerca de 3500 estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RNM); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); manutenção e operação de 85 estações piezométricas distribuídas no Sistema Aquífero Urucuia, nas bacias dos Rios São Francisco, Carinhanha e Tocantins e no Sistema Aquífero Carstico, na Bacia do Rio Verde Grande, análise de dados e capacitação técnica. Obs.: Em andamento.	34	1.860
Fundação Nacional de Saúde – DF – FUNASA Vigência: 22/11/2021 a 22/11/2024 040/CPRM/2021 – 1AAGLH Objeto: analisar processos de convênios celebrados pela Funasa, com prefeituras e/ou governo estadual, que envolvam, exclusivamente, sistemas de abastecimento de água por meio de captação subterrânea com a execução de poços tubulares profundos. Obs.: Em andamento.	1	7
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA Vigência: 28/04/2021 a 28/04/2023 – 1AAEQH	-	1.105

Objeto: aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Distrito Federal, por meio do monitoramento hidrogeológico e hidrológico e do mapeamento hidrogeológico distrital.

Obs.: Em andamento.

Total	1.070	3.000
--------------	--------------	--------------

Prática Contábil

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e sua exigibilidade é apurada mensalmente após a aplicação desses recursos.

21. Convênios com Entidades Diversas - TED

Entidades diversas – TED	Nº Convênio	Saldo
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica*	ED 696289	330
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC*	ED 674588	44.091
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED689568	1.125
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED1AAHCD	30.134
Escritório Central da Agência Nacional De Petróleo – ANP	ED 689666	2.553
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED 694925	5.653
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração SPOA/MMA	ED 698222	168
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED 936584	21.173
Secretaria de Inovações, Desenvolvimento Rural e Irrigação	ED 1AADOT	1.120
Assessoria Especial de Comunicação Social / MME	ED 944188	990
Fundação Nacional de Saúde – DF	ED 1AAGLH	51
Projeta Meta II/Secretaria Executiva	ED 925970	5.846
Total		113.234

*Embora a CPRM tenha apresentado a documentação necessária, até a data do fechamento do Balanço os cedentes não haviam aprovado as prestações de contas e por esse motivo tais valores permanecem registrados no Passivo.

A seguir quadro comparativos dos saldos em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	09/2023	12/2022
CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS – TED – PASSIVO	113.234	107.553

Prática Contábil

Os valores registrados nessa conta referem-se a recursos de convênios que a CPRM recebeu dos órgãos concedentes para desempenhar atividades visando um objetivo comum, que ainda estão pendentes de prestação de contas. No órgão concedente, tais recursos fazem

parte de seus respectivos ativos e uma vez que a prestação de contas esteja aprovada, haverá a baixa do ativo no órgão concedente e da obrigação da CPRM.

22. Credores Diversos

	09/2023	12/2022
Contribuição a entidades de previdência privada	855	844
Diárias a pagar	374	544
Depósitos e cauções recebidos	140	125
Indenizações, restituições e compensações.	127	10
Outros credores	37	9
Total	1.533	1.532

Prática Contábil

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

22.1. Contribuição a Entidades de Previdência Privada

Prática Contábil

Registra os valores dos encargos sociais a recolher representados pela Contribuição Patronal a Entidades fechadas de Previdência Privada.

22.2. Diárias a pagar

Prática Contábil

Registra os valores relativos as diárias a pagar para os empregados em viagem a serviço da companhia.

22.3. Depósitos e Cauções recebidos

Prática Contábil

Registra os valores que a companhia recebeu a título de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos ou outros instrumentos, com fins de garantias de operações específicas e que deverão ser devolvidos ao contratado ao fim do instrumento contratual.

22.4. Indenizações, Restituições e Compensações

Prática Contábil

Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações. O saldo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 127 e em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 10.

22.5. Outros Credores

Prática Contábil

Registra os valores relativos à Guia de Recolhimento da União - GRU para estorno de despesas e ordens bancárias canceladas, que não foram processadas até o final do período de reporte. O saldo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 37, enquanto em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 9.

23. Demais obrigações a longo prazo

	09/2023	12/2022
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC¹	9.450	-

Prática Contábil

1. Refere-se aos recebimentos de recursos provenientes da União, para as operações de investimentos da Companhia, em conformidade com a Macrofunção SIAFI nº 021122 – Participação da União no Capital das Empresas e Nota Conjunta nº 013/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN.

24. Capital Social

A composição acionária da companhia em 30 de setembro de 2023 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	-	-	1.169	-	1.169	-
Fazenda do Estado de São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	-	116	-	232	-
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	6.015	-	6.015	2	12.030	-
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	-	-	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	-	-	-	1.202	-
Centrais Elétricas Norte do Brasil	-	-	233	-	233	-
Indústrias Nucleares do Brasil	23	-	-	-	23	-
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	-	-	-	200	-
Cia. Paranaense De Energia – Copel	674	-	594	-	1.268	-
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	467	-	-	-	467	-

Cia. Rio-Grandense Saneamento - Corsan	233	-	-	-	233	-
Metais De Goiás S/A - Metago	584	-	116	-	700	-
Cia. Energética de São Paulo – Cesp	467	-	701	-	1.168	-
Cia. Rio-Grandense de Mineração	39	-	-	-	39	-
Cia. Matogrossense de Mineração - Metamat	400	-	-	-	400	-
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	-	-	400	-	400	-
Total	2.631.150	100	317.022	100	2.948.172	100

Prática Contábil

O valor do Capital Social da companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 30.148, representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

25. Reservas de Reavaliação

	09/2023	12/2022
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	7.311	7.451
Total	20.317	20.457

Prática Contábil

As reservas de reavaliação foram constituídas antes do advento da Lei nº 11.638/2007 com base nas regras do Sistema Público de Gerenciamento dos Imóveis do Governo Federal - SPIUnet e norma específica. Os saldos remanescentes são transferidos para prejuízos acumulados na proporção em que os imóveis objetos das reavaliações são realizados por meio da depreciação. É importante destacar que a Lei nº 11.638/2007 proíbe a constituição de novas reservas, permitindo apenas a realização dos saldos que constam no Patrimônio Líquido.

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo SPIUnet, com exceção dos valores dos terrenos que não são depreciables.

O prazo máximo estimado, após os ajustes de vida útil e valor residual, recomendados pelo Laudo de Avaliação Patrimonial, para a total reversão da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 6 anos e 4 meses e para o imóvel de GO é de 32 anos.

26. Resultado Acumulado

Nesta conta são registrados os resultados acumulados da Companhia.

27. Receita Líquida de Serviços

	09/2023	09/2022
Receita líquida de serviços	1.573	2.095
Total	1.573	2.095

Prática Contábil

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme legislação tributária específica.

Tais receitas referem-se, principalmente, às atividades de análise oficial da água das fontes (estudos *in loco*) de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, na pesquisa, lavra e reavaliação de reserva, análise esta que apenas a rede de Laboratórios de Análise Mineral - Lamin/CPRM é autorizada a realizar, conforme artigo 4º da Portaria 819/2018 ANM/MME em conjunto com o Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945), o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) e seu Regulamento (Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018).

28. Custo dos Serviços Prestados

	09/2023	09/2022
Custos dos serviços prestados	(999)	(1.291)
Total	(999)	(1.291)

Prática Contábil

Os custos dos serviços prestados pela Companhia são relativos, principalmente, aos gastos necessários para a realização dos estudos *in loco*.

A apuração desses custos é feita com base nas informações geradas pelo Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, de acordo com a avaliação dos centros de custos, pelas áreas que prestam o serviço.

29. Recursos da União para Operações e Investimentos

	09/2023	09/2022
Recursos referentes ao orçamento corrente	397.805	365.567
Recursos referentes a restos a pagar	31.125	31.828
Total	428.930	397.395

Prática Contábil

A CPRM, na condição de estatal dependente, faz parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União e, portanto, recebe do Tesouro Nacional recursos para custeio de suas atividades, pagamentos relativos à Folha de Pessoal, seus encargos e benefícios, dívidas, demandas judiciais e despesas de capital, devendo atender aos requisitos da Lei 4.320/64, no que concerne a execução orçamentária e financeira.

Tais recebimentos são segregados entre recursos financeiros referentes ao Orçamento do Exercício Corrente e os referentes aos pagamentos de Restos a Pagar, que são empenhos emitidos em exercícios anteriores que não puderam ser pagos à época de sua respectiva emissão.

30. Despesas e Receitas Operacionais

	09/2023	09/2022
Despesas com pessoal	(243.061)	(244.115)
Encargos sociais	(60.862)	(61.943)
Benefícios a empregados	(1.443)	(1.331)
Plano de previdência complementar	(7.671)	(7.029)
Locação e aquisição	(675)	(1.500)
Depreciação e amortização	(8.885)	(7.932)
Despesas tributárias	(1.224)	(2.034)
Serviços de comunicação	(880)	(2.439)
Manutenção	(4.682)	(5.864)
Serviços públicos	(2.638)	(2.787)
Serviços profissionais contratados	(75.426)	(68.524)
Materiais	(4.440)	(6.002)
Resultado com ações judiciais	(1.889)	(4.318)
Outras despesas/receitas	(20.860)	13.755
Total	(434.636)	(402.063)

Prática Contábil

O registro das despesas atende as classificações e os estágios da Execução da Despesa e do Orçamento Público. O referido registro, é composto pelos lançamentos das despesas patrimoniais, depreciações, provisões, perdas, entre outras.

31. Despesas e Receitas Financeiras

	09/2023	09/2022
Despesas financeiras	(1.586)	(996)
Receitas financeiras	477	707
Total	(1.109)	(289)

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros e outros.

32. Imposto de Renda e Contribuição Social

Prática Contábil

A Companhia, conforme estabelecido pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Lucro Real/Trimestral, apurou no 3º Trimestre de 2023 e no 3º Trimestre de 2022 prejuízo fiscal.

33. Resultado Líquido do Período

Prática Contábil

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência consignado no Art. 177 da Lei nº 6.404/1976, a partir do confronto das Receitas e Despesas e é evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

34. Cobertura de Seguro

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre bens móveis, imóveis e almoxarifado, conforme apólice nº 3038/0000027/96, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 07/01/2023 e término às 24 horas do dia 06/01/2024, firmada por meio do Contrato nº 002/PR/2021 (Processo SEI nº 48086.001751/2020-29), junto a MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, prorrogado pelo Segundo Termo Aditivo (Processo SEI nº 48086.008082/2022-88). A cobertura (valores segurados) perfazem um total de R\$ 286.022.402, sendo R\$ 105.381,25 referentes à Bens Imóveis, R\$ 31.032,41 referentes a Bens Móveis e Almoxarifado, R\$ 139.511.201, referentes a Incêndio, Explosão e Implosão, R\$ 5.000.000 referentes a Danos Elétricos e R\$ 2.000.000 referentes a Responsabilidade Civil. O prêmio total pago foi de R\$ 79.214,96.

Os seguros contratados dos bens móveis (veículos) foram realizados pela apólice nº 0531 96 903180, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 01/12/2022 e término às 24 horas do dia 01/12/2023, firmada por meio do Contrato nº 078/PR/2020 (Processo SEI nº

48086.001070/2020-61) junto a PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS. O prêmio total pago foi de R\$ 223.017,64 para um total de 246 veículos.

35. Conciliação entre o balanço publicado e o balanço do SIAFI

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2016/2006 do TCU, de 01.11.2006, a Companhia apresenta, anualmente, por ocasião do Encerramento do Exercício a conciliação entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76 e o obtido via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. A seguir são apresentadas as diferenças apuradas, com as respectivas justificativas, entre o Balanço publicado no SIAFI e o Balanço em conformidade com a Lei 6.404/76:

	LEI Nº 6.404/76	BALANÇO DO SIAFI	DIFERENÇAS
Ativo Circulante	177.192	177.192	-
Ativo Não Circulante	126.143	126.143	-
Total do Ativo	303.335	303.335	-
Passivo Circulante	240.803	240.803	-
Passivo Não Circulante	19.933	19.933	-
Patrimônio Líquido	42.599	42.599	-
Total do Passivo	303.335	303.335	-

Cabe ressaltar que a partir de janeiro de 2015, com a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, o Balanço Patrimonial extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI se tornou mais semelhante ao modelo utilizado pelo setor privado.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Assinaturas na próxima página.)

Diretoria Executiva

Inácio Cavalcante Melo Neto
Diretor Presidente (a partir de agosto/2023)

Cassiano de Souza Alves
Diretor de Administração e Finanças
Diretor Presidente – Interino (até agosto/2023)

Alice Silva de Castilho
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Paulo Afonso Romano
Diretor de Infraestrutura Geocientífica
Diretor de Geologia e Recursos Minerais – Interino (até agosto/2023)

Francisco Valdir Silveira
Diretor de Geologia e Recursos Minerais (a partir de agosto/2023)

Contador

Flavio Augusto de Souza Pinheiro
Contador CRC RJ-116457/O-0

RELATORIO Informações 3º Trimestre 2023 pdf

Código do documento bffadebb-c0ea-4062-9678-839d53714715



Assinaturas



Nivaldo Saburo Yamamoto
nivaldo.yamamoto@terra.com.br
Assinou



Eventos do documento

21 Feb 2024, 20:52:12

Documento bffadebb-c0ea-4062-9678-839d53714715 **criado** por NIVALDO SABURO YAMAMOTO (b79ccaa2-b8bc-4686-a878-3a2f04761ec2). Email: nivaldo.yamamoto@terra.com.br. - DATE_ATOM: 2024-02-21T20:52:12-03:00

21 Feb 2024, 20:52:50

Assinaturas **iniciadas** por NIVALDO SABURO YAMAMOTO (b79ccaa2-b8bc-4686-a878-3a2f04761ec2). Email: nivaldo.yamamoto@terra.com.br. - DATE_ATOM: 2024-02-21T20:52:50-03:00

21 Feb 2024, 20:53:29

NIVALDO SABURO YAMAMOTO **Assinou** (b79ccaa2-b8bc-4686-a878-3a2f04761ec2) - Email: nivaldo.yamamoto@terra.com.br - IP: 201.68.55.87 (201-68-55-87.dsl.telesp.net.br porta: 2084) - Documento de identificação informado: 815.231.658-04 - DATE_ATOM: 2024-02-21T20:53:29-03:00

Hash do documento original

(SHA256): b8a5cc1ddd0be0c726268f5fa757963c5dd43dd6d9c17c29a5cf794cf4b56732

(SHA512): fb6915fe5122ef53360c1dd01c4b289fd20907acf08f2872e0bb846b69270bafa828b8db7adf92a656d1f445571cc2a531724d0d07001b269fa07c9ce550308e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign